

# Brasil deve ganhar moeda digital emitida pelo Banco Central

O Banco Central divulgou nesta segunda-feira (24) as diretrizes para a criação de uma moeda digital no Brasil emitida pelo próprio BC. Segundo a instituição, estão sendo promovidas “discussões internas e internacionais visando ao eventual desenvolvimento da moeda”. A iniciativa tem o objetivo de acompanhar a evolução tecnológica da economia brasileira.

É importante ressaltar que a moeda digital seria diferente das criptomoedas. O coordenador dos trabalhos sobre a moeda digital do Banco Central, Fábio Araujo, disse à Agência Brasil que os criptoativos não têm características de uma moeda, e sim de um ativo. “A opinião do Banco Central sobre criptoativos continua a mesma: esses são ativos arriscados, não regulados pelo Banco, e devem

ser tratados com cautela pelo público”, disse.

A moeda será emitida pelo BC, que guardará o dinheiro das pessoas que preferiram a nova modalidade.

Em nota, o BC afirmou que a moeda deve garantir o desenvolvimento de modelos mais inovadores de negócios, como contratos inteligentes (smart contracts), internet das coisas (IoT) e dinheiro programável. Além disso, será possível realizar operações online, offline e internacionais.

O cronograma para implementação da moeda no Brasil ainda não foi divulgado, já que, segundo o BC, será preciso dialogar mais com o setor privado e com a sociedade para entender quais tecnologias são mais adequadas. No entanto, Araujo afirma que a expectativa é que a implementação da moeda aconteça em “dois ou três anos”.

TecMundo



## Economia



**Mesmo com venda recorde, cai oferta de unidades no setor imobiliário**

Página - 03

## No Mundo

**OMS: mortes por covid são até três vezes maiores que número relatado**

Página - 02

**Ipea prevê inflação oficial de 5,3% neste ano**

Página - 03



**De camas a brinquedos, no Brasil já é possível alugar quase tudo**

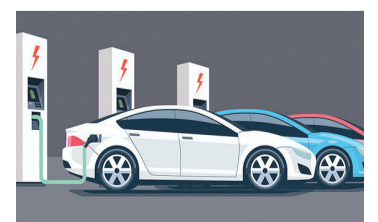
Página - 08

**‘Se nada fizerem, não haverá indústria automotiva’, diz presidente da ABVE**

Página - 08

**Casos de doentes em laboratório de Wuhan reacendem debate sobre origem do coronavírus, diz jornal**

Página - 02



## No Mundo

### OMS: mortes por covid são até três vezes maiores que número relatado



O excesso de mortes provocado pela pandemia é entre duas e três vezes maior que os óbitos atribuídos à covid-19 desde a detecção dos primeiros casos no fim de 2019 na China, afirmou a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Durante a publicação de seu relatório anual sobre as estatísticas de saúde no mundo, a OMS informou que a covid-19 provocou no ano passado pelo menos três milhões de mortes diretas ou indiretas. Mas o balanço oficial de óbitos atribuídos ao coronavírus no fim de 2020 era de 1,8 milhão.

“Isto corresponde a estimativas similares, que previam que o número total de mortes seria ao menos duas a três vezes maior que o balanço oficial de mortos por covid-19”, afirmou Samira Asma, vice-diretora geral responsável por dados na OMS.

De acordo com os cálculos, a especialista acredita que a pandemia provocou até o momento “de seis a oito milhões” de mortes diretas e indiretas.

“A pandemia de covid constitui uma ameaça importante para a saúde e o bem-estar das populações de todo o mundo”, destacou.

Samira Asma afirmou ainda que a OMS está traba-

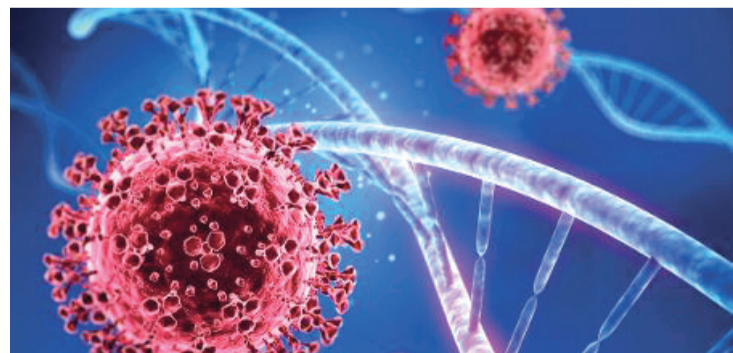
lhando com os países para determinar qual é o “verdadeiro balanço humano da pandemia e, assim, estar melhor preparada para a próxima urgência”.

A diferença entre os que especialistas denominam de “excesso de mortes” e o balanço oficial de óbitos vinculados à covid-19 é provocada por vários fatores.

Alguns países notificam as mortes com atraso, assim como algumas pessoas morrem sem passar por nenhum teste de diagnóstico. Outras falecem de outras doenças que não foram tratadas, por medo de comparecer ao centro de saúde ou por causa das medidas de confinamento.

Biznews

### Casos de doentes em laboratório de Wuhan reacendem debate sobre origem do coronavírus, diz jornal



Pelo menos três funcionários do Instituto de Virologia de Wuhan, na China, ficaram doentes e buscaram assistência médica em novembro de 2019, poucos dias antes da identificação dos primeiros casos de pneumonia por causa desconhecida que mais tarde seriam confirmados como infecções pelo coronavírus Sars-CoV-2, segundo o Wall Street Journal.

A informação é de um relatório da Inteligência dos Estados Unidos que não havia sido divulgado até o momento. O relatório detalhado foi produzido a partir de um documento do Departamento de Estado, publicado durante os

### Covid-19: Pfizer testa vacina pneumocócica junto com dose de reforço

A Pfizer informou nesta segunda-feira (24) que começou a testar pessoas totalmente vacinadas, com mais de 65 anos, em um estudo novo que usa a candidata a vacina pneumocócica conjugada 20-valente, da empresa, (20vPnC) com uma terceira dose da vacina contra a covid-19 da Pfizer-BioNTech.

A meta do estudo é entender se a combinação das vacinas é segura e conhecer a reação imunológica, depois de acrescentar a vacina contra pneumonia ao imunizante contra covid-19.

A 20vPnC está sendo desenvolvida para ajudar a proteger adultos contra 20 tipos de vírus, responsáveis pela maioria das doenças pneu-

mocócicas invasivas e pela pneumonia.

O novo estudo incluirá 600 adultos que serão recrutados de dois estudos avançados de vacina contra a covid-19 da farmacêutica, depois de terem recebido a segunda dose da vacina ao menos seis meses antes de entrarem no estudo de coadministração.

Antes se recomendava que as vacinas contra a covid-19 fossem administradas sozinhas, mas, com base em experiências com outros tipos de vacinas, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) disse que as vacinas contra covid-19 e outras podem ser administradas simultaneamente ou no mesmo dia.

Reuters/ABR



últimos dias da gestão Trump, com informações sobre diversos casos de funcionários do laboratório que ficaram doentes com “sintomas consistentes tanto com Covid-19 quanto com gripe comum sazonal” ainda no final de 2019.

Agora os dados sobre o número de pacientes e o desfecho clínico dos mesmos foram entregues ao comitê da OMS (Organização Mundial da Saúde) que investiga a provável origem da Covid-19 no país asiático.

Membros da OMS foram a Wuhan em fevereiro deste ano para investigar evidências sobre o surgimento do coronavírus e os primeiros casos infectados.

Segundo relatório divulgado pela agência, a origem natural do Sars-CoV-2 a partir da passagem de um hospedeiro animal para o ser humano é a hipótese mais provável, seguida de uma hipótese de infecção por meio de um hospedeiro intermediário (provável), a partir de alimentos contaminados (possível) ou ainda de um acidente no laboratório, classificada como extremamente improvável.

De acordo com fontes próximas ao relatório de inteligência norte-americano, não há um consenso sobre se as novas evidências tornam a hipótese de origem em laboratório mais ou menos provável.

Ana Botallo/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## Mesmo com venda recorde, cai oferta de unidades no setor imobiliário



**A**inda que haja uma forte demanda, com venda recorde, o setor imobiliário passa por uma queda na oferta de imóveis. O número menor de novos lançamentos reflete a recente alta nos custos da construção, avalia a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Na comparação com o primeiro trimestre de 2020, houve uma alta de 27,1% nas vendas de imóveis nos três primeiros meses deste ano no país, revela o estudo Indicadores Imobiliários Nacionais, da CBIC. Ao todo, foram 207.946 unidades vendidas em 12 meses, maior número já registrado.

Por outro lado, a oferta final de imóveis – que con-

tabiliza todos os imóveis disponíveis para venda, seja na planta, em construção ou prontos – caiu 14,8% na mesma comparação ano a ano. No período de 12 meses encerrados em março, foram lançadas 168.673 novas unidades no país.

O levantamento do CBIC, divulgado trimestralmente, é feito com dados coletados em 150 municípios, sendo 20 capitais.

O inusitado efeito “boca de jacaré”, com a curva de demanda apontando para cima enquanto a de oferta vai para baixo, se deve à inflação recorde nos materiais de construção, sobretudo de insumos como o aço, disse o presidente da CBIC, José Carlos Martins. “As empresas estão

muito ressabiadas”, afirmou.

Na sondagem feita periodicamente, 57,1% dos empresários disseram que a maior dificuldade atual do setor imobiliário é a falta de insumos e o aumento nos preços. Esse é o maior índice de toda série histórica dos Indicadores Imobiliários Nacionais da CBIC, iniciada no primeiro trimestre de 2015.

Em abril, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), apresentou alta acumulada de 12,9% em 12 meses encerrados em março. O custo com materiais e equipamentos subiu 29,9% em um ano, maior taxa desde o início do Plano Real.

Felipe Pontes/ABR

**Fram Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**  
CNPJ/ME nº 13.673.855/0001-25  
**Declaração de Propósito**  
Nelson Santucci Torres, CPF nº 722.774.248-20, Declara, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na Fram Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. **Esclarece** que eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que o declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. **Banco Central do Brasil**. Departamento de Organização do Sistema Financeiro. Gerência Técnica em São Paulo I – GTSP1. Avenida Paulista 1804 – 5º andar. 01310-922 – São Paulo-SP.

## Ipea prevê inflação oficial de 5,3% neste ano

**O**Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) revisou sua previsão para a inflação oficial do país, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), neste ano. Segundo o instituto, a taxa deve fechar o ano em 5,3%.

A estimativa divulgada nesta segunda-feira (24) é superior à previsão anterior, de 4,6%. As informações são da Agência Brasil.

Segundo o Ipea, nos últimos meses houve mudança nos fatores de pressão sobre a inflação brasileira. Atualmente, o principal impacto na alta de preços vem dos itens mo-

nitados, ou seja, produtos como gasolina, gás de botijão e medicamentos.

A previsão de inflação dos monitorados para 2021 subiu de 6,8% para 8% na pesquisa divulgada nesta segunda.

O Ipea também revisou a estimativa para os grupos de bens industriais, de 3,8% para 4,3% em maio, e dos serviços livres, exceto educação, de 3,6% para 4%. A previsão para a inflação dos alimentos em domicílio foi mantida em 5% e da educação em 3,8%.

A previsão para o INPC, que mede a inflação para famílias com renda de até cinco salários mínimos, subiu de 4,3% para 4,7%.  
Folhapress



## 1 em cada 3 empresas teve funcionário afastado por Covid-19



**U**ma em cada três empresas brasileiras cita a existência de trabalhadores em licença por Covid-19 entre os problemas enfrentados durante a pandemia, de acordo com sondagem especial realizada pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) em abril.

Os dados mostram que os setores que enfrentaram menos restrições de funcionamento neste ano são aqueles com maiores índices de empresas que citam a questão da contaminação de seus funcionários.

No geral, 34% das empresas reportaram afastamento

de funcionários aos pesquisadores. No levantamento anterior, realizado em outubro do ano passado, eram 22%.

Na indústria, o percentual passou de 24% para 42% nesses seis meses. O segmento de vestuário se destaca nos dois levantamentos com os maiores percentuais, ambos próximos de 75%. Na construção, passou de 25% para 39%, chegando a 47% nas edificações residenciais.

No comércio, que enfrentou mais restrições, o número continua em torno de 25%. Hiper e supermercados, que são serviços essenciais e não fecharam, apresentam percentual acima da média do setor (31%).

Nos serviços, as empresas que citam afastamentos passaram de 18% para 32%, resultado puxado por segmentos como serviços administrativos, transporte rodoviário e armazenagem e correio, todos em torno de 40%.

O levantamento do Ibre também mostrou aumento de problemas psicológicos de funcionários decorrentes do isolamento social, de 6% para 7,8% das empresas. Houve crescimento em todos os grandes setores, exceto no comércio.

Foram consultadas 4.046 empresas de 01/04/2021 a 28/04/2021 em todo o país, por telefone e formulário eletrônico.  
Eduardo Cucolo/Folhapress



# Publicidade Legal

... continuação

11. Imobilizado e Intangível										
Controladora	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Programas de Computador	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizações em Andamento	Imobilizado e Intangível total		
<b>Em 19/01/2019</b>										
Saldo inicial	31	71	124	29	-	5	-	260		
Aquisições	-	-	53	-	-	-	1.225	1.278		
Depreciação	(2)	(11)	(48)	(6)	-	(1)	-	(68)		
Saldo contábil, líquido	29	60	123	18	-	4	1.225	1.459		
<b>Em 31/12/2019</b>										
Saldo inicial	38	156	268	178	74	16	1.225	1.955		
Depreciação acumulada	(9)	(96)	(145)	(160)	(74)	(12)	-	(496)		
Saldo contábil, líquido	29	60	123	18	-	4	1.225	1.459		
<b>Em 19/01/2020</b>										
Saldo inicial	29	60	123	18	-	4	1.225	1.459		
Aquisições	-	-	44	2.227	144	-	-	867		
Depreciação	(2)	(11)	(44)	(237)	(14)	(1)	-	(309)		
Saldo contábil, líquido	27	49	123	2.008	130	3	867	3.207		
<b>Em 31/12/2020</b>										
Saldo inicial	38	156	312	2.405	144	16	867	3.938		
Depreciação acumulada	(11)	(107)	(189)	(397)	(14)	(13)	-	(731)		
Saldo contábil, líquido	27	49	123	2.008	130	3	867	3.207		

12. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio									
Controladora	Edifícios	Veículos	Bens e Direito de Uso Total - IFRS16						
<b>Em 19/01/2019</b>									
Saldo inicial	-	633	633						
Aquisições	-	(454)	(454)						
Depreciação	(272)	(1.398)	(246)						
Saldo contábil, líquido	4.730	5.726	424						
<b>Em 31/12/2019</b>									
Saldo inicial	4.730	5.726	424						
Aquisições	-	61	44						
Depreciação	(11)	(42)	(13)						
Saldo contábil, líquido	4.554	4.290	211						
<b>Em 31/12/2020</b>									
Saldo inicial	5.351	14.558	1.306						
Depreciação acumulada	(797)	(10.268)	(1.095)						
Saldo contábil, líquido	4.554	4.290	211						

13. Tributos a Recolher									
Controladora	2020	2019	2020	2019					
Imposto de Renda Retido na Fonte - Pessoa Física (IRRF)	201	118	202	131					
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	90	143	555	448					
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	336	-	421	72					
Programa de Integração Social (PIS)	57	-	75	16					
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	515	-	546	35					
Outros	12	4	30	14					
IRPJ	-	-	213	305					
CSLL	-	-	201	168					
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>2.224</b>	<b>1.189</b>	<b>1.211</b>					

14. Imposto de Renda e Contribuição Social									
Controladora	2020	2019	2020	2019					
Recebimento de dividendos de controlada	146.306	138.744							
Equivalência Patrimonial	15.703	11.530							
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida	(1.725)	(3.968)							
Impairment sobre os Ativos	(5.839)	-							
Em 31 de dezembro	<b>169.445</b>	<b>146.306</b>							

**Opinião com ressalvas:** Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Trelleborg do Brasil Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para Opinião com Ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trelleborg do Brasil Ltda., em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas:** **Créditos tributários de difícil realização** - Conforme descrito na nota explicativa nº 5, Companhia apresentou o montante de créditos de Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - "ICMS" no montante de R\$ 6.979 mil para controladora e R\$ 7.331 mil para as demonstrações consolidadas (R\$ 6.614 mil e 6.720, respectivamente em 31/12/2019). Para os referidos créditos, não foram apresentados estudos detalhados. A administração da Companhia entrou com um processo administrativo para compensação dos créditos por meio do E-Credac (Sistema Eletrônico de Gerenciamento do Crédito Acumulado), que visa a recuperabilidade do ICMS junto ao Estado de São Paulo, porém sem o deferimento por parte do Estado de São Paulo para que pudéssemos evidenciar a efetiva utilização ou perspectiva de realização dos créditos tributários com os efeitos de reduções de valor recuperável deste ativo. Complementamos ainda que o referido saldo não foi segregado entre as parcelas entre circulante e não circulante. Em face às incertezas relacionadas as realizações destes créditos de ICMS, não foi possível mensurar com segurança os efeitos de ajustes ao valor recuperável do ativo, do resultado do exercício e ao patrimônio líquido em 31/12/2020. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e inter-

temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores dos tributos diferidos ativos são os seguintes:

Controladora	2020	2019	2020	2019
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	31	32	-	(278)
Provisão para perdas prováveis na realização dos estoques	518	163	(165)	(296)
Provisão para despesas diversas	99	29	(716)	(851)
Provisão para impairment de contas a receber	683	-	(442)	(36)
Provisão Arrendamento Mercantil	-	-	-	-
Prejuízos acumulados:				
Variação cambial passiva/ativa	(14)	(26)	(3.768)	(494)
<b>Total</b>	<b>1.318</b>	<b>198</b>	<b>(3.768)</b>	<b>(494)</b>

Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses

Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses

A movimentação líquida da conta de tributos diferidos é a seguinte:

Controladora	2020	2019	2020	2019
Em 1º de janeiro				
Provisão para contingências	(1)	(16)		
Provisão para perdas prováveis na realização dos estoques	355	(72)		
Provisão para despesas diversas	70	(22)		
Provisão para impairment de contas a receber	683	-		
Provisão Arrendamento Mercantil	-	-		
Prejuízos acumulados:				
Variação cambial passiva/ativa	12	(12)		
<b>Total</b>	<b>1.318</b>	<b>198</b>	<b>(480)</b>	<b>8</b>

Contingências tributárias

Contingências trabalhistas

Menos: depósitos judiciais

Provisão para contingências, líquidas

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: Em 31/12/2020, o Grupo não possui ações de qualquer natureza, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 3.667 referente aspectos tributários e R\$ 6.982 para processos civis e trabalhistas, em decorrência de auto de infração e imposição de multa pela Secretaria da Receita Federal, para os quais não havia provisão constituída. **16. Patrimônio Líquido** - (a) Capital social: O capital social em 31/12/2020, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 156.802.506 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada, distribuídas da seguinte forma:

Controladora	2020	2019	2020	2019
Trelleborg Holding AB	156.802.506	-	-	-
Trelleborg AB	-	1	-	-
<b>Total</b>	<b>156.802.506</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(b) Reserva de capital: Reserva composta pelo valor constituído para registro de correção monetária do capital, apurada em anos anteriores. **17. Receita** - A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Controladora	2020	2019	2020	2019
Vendas brutas de produtos	88.504	58.415	122.469	99.686
Mercado interno	552	405	22.445	10.926
Mercado externo	-	-	57	131
Vendas brutas de serviços	(3.169)	(1.197)	(3.798)	(3.268)
Devolução de vendas	(24.528)	(13.323)	(29.771)	(18.721)
Impostos e outras deduções sobre vendas	61.358	44.300	111.401	88.755
<b>Total</b>	<b>61.358</b>	<b>44.300</b>	<b>111.401</b>	<b>88.755</b>

**18. Custos e Despesas por Natureza**

Controladora	2020	2019	2020	2019
Custos de mercadorias vendidas	(45.361)	(33.892)	(72.243)	(57.983)
Mercadorias para revenda (importação)	766	2.072	766	2.072
Outros	(44.596)	(31.820)	(71.477)	(55.911)
Recuperação de impostos Trading	-	-	-	(232)
<b>Total</b>	<b>(44.596)</b>	<b>(31.820)</b>	<b>(71.477)</b>	<b>(55.911)</b>

Despesas com vendas

Despesas com salários e encargos sociais

Despesas com viagens

Outras despesas com vendas

Despesas com propaganda e representação

Despesas com distribuição, depósito e fretes

Obsolescência

Despesas com comissões sobre vendas

Despesas com inadimplência de clientes

**Total das despesas com vendas**

Controladora	2020	2019	2020	2019
Despesas administrativas	(8.973)	(5.332)	(6.462)	(6.256)
Despesas com salários e encargos sociais	(426)	(784)	(520)	(1.055)
Outras despesas com vendas	(171)	(321)	(299)	(321)
Despesas com propaganda e representação	(360)	(895)	(508)	(1.005)
Despesas com distribuição, depósito e fretes	(1.858)	(1.612)	(6.158)	(3.069)
Obsolescência	-	-	-	(232)
Despesas com comissões sobre vendas	-	-	-	-
Despesas com inadimplência de clientes	(208)	19	(94)	13
<b>Total</b>	<b>(11.996)</b>	<b>(8.925)</b>	<b>(14.041)</b>	<b>(11.925)</b>

Lucros Cessantes (24 meses)									
Endereço	Prélio	Conteúdo	Estoque	Danos Materiais					
Rodovia BR 324 - Feira de Santana	8.347.000,00	10.129.000,00	10.109.000,00	28.485.000,00					29.412.000,00
Rodovia Presidente Dutra - Lorena	2.073.000,00	388.000,00	1.708.000,00	4.169.000,00					1.131.000,00
Rua Conselheiro Olegário, 206 - São Paulo	857.000,00	97.000,00	319.000,00	1.273.000,00					285.000,00
Rua Luz, 140 - Contagem	371.000,00	39.000,00	268.000,00	678.000,00					125.000,00
Via de acesso João de Goes 1515, Jardim Itaquiti - Barueri-SP	30.755.000,00	43.587.000,00	17.340.000,00	91.682.000,00					118.873.000,00

José Luiz Maciel de Arruda e José Carlos Aparecido de Oliveira

Rogério Marcos Dall Agnol - Contador CRC/RS 060.414/O-0

### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas

continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, de forma material, a decisão razoável, ou as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021

**Newton Klaiton dos Anjos Menciauiski**  
Contador CRC 15P-221.286/O-1

**RSM Acal Auditores Independentes S.S.**  
CRC RJ 004.080/O-9



**Vereda Educação S.A.**

CNPJ/MF nº 26.193.756/0001-98 – NIRE 35.300.501.322

**Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam convocados os Srs. Acionistas da Companhia, conforme disposto no artigo 9º de seu Estatuto Social, a se reunirem em AGE, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28/05/2021, às 09h00, remotamente, via videoconferência, em atenção ao Decreto Estadual nº 64.879, de 28/05/2021, a Lei nº 14.010, de 10/06/2020, e ao atual cenário de contenção à propagação do COVID-19, a fim de deliberarem a estrutura e o formato de mútuo entre partes relacionadas, para a Companhia. Os documentos de suporte que tratam do assunto que será objeto de apreciação e deliberação na AGE estarão disponíveis para consulta na sede da Companhia. Os Srs. Acionistas poderão ser representados na AGE por procuradores constituídos na forma do Artigo 126, § 1º da Lei nº 6.404/76. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia. São Paulo, 19/05/2021. **Giancarlo Arduini** – Presidente do Conselho de Administração. (21, 22 e 25/05/2021)

**REC Cajamar II S.A.**

CNPJ/MF nº 24.713.849/0001-70 – NIRE 35.300.490.983

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2021**

**1 Data, hora e local:** 11/05/2021, às 9 horas, na sede social da Companhia, em São Paulo-SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, conjunto 501, Ed. Pedro Mariz – Birmann 31, Itaim Bibi. **2 Convocação e presença:** Dispensada a convocação, face à presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta no livro de presença de acionistas. **3 Mesa:** Presidente: Rômulo Ottoni Andrade; e Secretário: Dani Ajbeszyc. **4 Deliberações:** Foi aprovado por unanimidade: **4.1** Cancelamento parcial do aumento de capital social subscrito e não integralizado da Companhia, aprovado pelos acionistas em 16/01/2020, tendo passado o capital social, naquela data, de R\$ 60.088.399,00, representado por 60.088.399 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 110.088.399,00, representado por 110.088.399 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, um aumento de R\$ 50.000.000,00. Do referido aumento, não foi integralizado o valor de R\$ 40.584.985,00, correspondente a 40.584.985 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de titularidade do acionista **GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, ora canceladas. **4.2** Com a deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 110.088.399,00, representado por 110.088.399 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 69.503.414,00, representado por 69.503.414 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o *caput* do Artigo 5º do estatuto social da Companhia a vigor com a seguinte redação: **Artigo 5.** O capital social da Companhia é de R\$ 69.503.414,00, representado por 69.503.414 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **4.3** Consolidação do estatuto social da Companhia, que passa a vigor com a redação constante do Anexo I a esta ata. **4.4** Autorização para redução de capital social, por considerá-lo excessivo em relação a seu objeto social, no montante de até R\$ 20.000.000,00, com o consequente cancelamento de até 20.000.000 de ações de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de forma proporcional à participação do acionista na Companhia, passando o capital social da Companhia para, no mínimo, R\$ 49.503.414,00, representado por até 49.503.414 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A proposta de redução aqui contida só se tomará efetiva (a) após o decurso do prazo de 60 dias contado da data da publicação da presente ata, durante o qual eventuais credores quirografários com título constituído até antes da publicação da ata poderão opor-se à proposta de redução de capital ora autorizada, na forma do § 1º do artigo 174 da Lei nº 6.404/76; e (b) mediante a realização de assembleia geral extraordinária da Companhia, na qual será determinado o montante em reais do capital social a ser efetivamente reduzido, bem como a quantidade de ações a serem efetivamente canceladas. **5 Encerramento:** A presente ata foi lavrada na forma de sumário, lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. A presente ata foi lavrada e assinada de forma digital. Foram impressas duplicatas físicas da ata, sendo uma mantida no livro de atas de assembleias gerais de acionistas e as demais enviadas ao registro de comércio, para os fins legais. São Paulo, 11/05/2021. Assinaturas: **Mesa:** Rômulo Ottoni Andrade: Presidente; Dani Ajbeszyc: Secretário. **Acionista:** GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Rômulo Ottoni Andrade e Dani Ajbeszyc.

**7G Participações S.A.**

(Em constituição)

**Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 25 de janeiro de 2021**

**I. Data, hora e local:** Aos 15/01/2021, às 10 horas, na Rua Prudente de Moraes, nº 273, Sala A, Pindorama-SP. **II. Convocação:** Edital de convocação dispensado de publicação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/64 ("Lei das S.A."), uma vez que todos os acionistas estavam presentes e declararam ter sido regularmente convocados, estando ciente da data, hora, local e matéria objeto desta Assembleia. **III. Mesa:** Luiz Herminio Colombo – Presidente; Leonildo Colombo – Secretário. **IV. Presença dos acionistas:** Nos termos do artigo 87 da Lei das S.A., instalou-se a presente Assembleia Geral de Constituição com a presença da totalidade dos acionistas, a saber: (i) Leonildo Colombo, RG nº 5.022.520 SSP/SP e CPF/ME nº 159.822.628-20; e (ii) Luiz Herminio Colombo, RG nº 17.619.748 SSP/SP e CPF/ME nº 086.651.278-01, nos termos da lista de presença anexa (Anexo I). **V. Ordem do dia:** (a) Examinar o boletim de subscrição das ações de emissão da Companhia; (b) Examinar e aprovar o projeto de Estatuto Social a ser adotado pela Companhia; (c) Examinar os recibos que comprovam o depósito de que trata o inciso III do artigo 8º da Lei das S.A.; (d) Declarar constituída a sociedade por ações de capital fechado que atuará sob a denominação social de "7G Participações S.A."; e (e) Eleger os membros da Diretoria da Companhia. **VI. Deliberações:** Declarada aberta a sessão, o Presidente deu início aos trabalhos e depois de discutido o assunto previsto no ordem do dia, todos os acionistas aprovaram, sem quaisquer ressalvas ou restrições: (a) Foi analisado e entendido em consonância com a Lei das S.A. o Boletim de Subscrição, conforme artigo 85 da Lei das S.A. O Boletim de Subscrição foi devidamente preenchido e assinado pelos acionistas subscritores com as informações relativas ao capital social, em valor de R\$ 10.000,00, representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma. Verificou-se ainda que o Boletim, de Subscrição contém a qualificação completa dos subscritores e a especificação das ações subscritas por cada um deles. Assim, esse foi aprovado, passando então a fazer parte integrante desta ata na forma de Anexo II; (b) Os acionistas aprovaram então, o Estatuto Social da Companhia, o qual foi devidamente assinado pelos acionistas e passou a fazer parte integrante da presente ata como Anexo III; (c) Na sequência foram lidos e examinados os devidos comprovantes de depósito, que demonstraram que o valor de R\$ 1.000,00 referente à integralização dos 10% do preço de emissão das ações foi depositado, em moeda corrente nacional, no Banco do Brasil, sendo que os demais 90% serão integralizados em no máximo 180 dias ... a contar da data da assinatura do Boletim. Os comprovantes passam a fazer parte integrante da presente Ata como Anexo IV; (d) Tendo em vista que a totalidade das ações da Companhia foi subscrita, houve a realização e depósito de 10% do preço de emissão das ações e o Estatuto Social foi aprovado, a Companhia foi declarada constituída sob a denominação de "7G Participações S.A."; (e) Por fim, foram devidamente eleitos pelos acionistas as seguintes pessoas naturais para ocupar os cargos de Diretores: (i) **Leonildo Colombo**, brasileiro, casado sob regime de comunhão universal de bens, industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.022.520 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 159.822.628-20, residente e domiciliado na Rua Santa Cruz, nº 115, CEP 15.830-000, na cidade de Pindorama, Estado de São Paulo como Diretor Presidente; e (ii) **Luiz Herminio Colombo**, RG nº 17.619.748 SSP/SP e CPF/ME nº 086.651.278-01, como Diretor sem Designação Específica. O mandato dos Diretores será de 3 anos, permitida a reeleição, estando eles dispensados de prestar caução para o exercício de suas funções. Os Diretores, presentes à Assembleia, declararam que estão, para todos os fins, aptos para o exercício do cargo, e não estão impedidos de exercer a atividade empresarial. Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, os quais serão lavrados no livro de atas das Reuniões da Diretoria. A remuneração anual da Diretoria será fixada pelos acionistas oportunamente. Aos Diretores foram entregues todos os livros e papéis relativos à constituição da Companhia, ficando eles autorizados a praticar os demais atos necessários ao cumprimento das formalidades complementares, relativas à constituição desta Companhia, nos termos do artigo 94 e seguintes da Lei das S.A. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Pindorama, 15/01/2021. Assinaturas: Mesa: Luiz Herminio Colombo – Presidente; Leonildo Colombo – Secretário. Acionistas: Leonildo Colombo e Leonildo Colombo. Visto do Advogado: Richard Blanchet – OAB nº 132.277. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.564.260 em 04/02/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**OD Colombo Participações S.A. – (em constituição)****Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 08 de fevereiro de 2021**

**Data, hora e local:** Aos 08/02/2021, às 10h00, no local que servirá de sede social para a Companhia, na Rua Rui Barbosa, nº 467, Centro, Pindorama-SP. **Convocação:** Edital de convocação dispensado de publicação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), uma vez que todas as acionistas estavam presentes e declararam ter sido regularmente convocados, estando ciente da data, hora, local e matéria objeto desta Assembleia. **Mesa:** Marisa Aparecida Colombo Gomes – Presidente; Marlene Aparecida Colombo – Secretária. **Presença dos Acionistas:** Nos termos do artigo 87 da Lei das S.A., instalou-se a presente Assembleia Geral de Constituição com a presença da totalidade das acionistas, a saber: (i) **Marisa Aparecida Colombo Gomes**, RG nº 26.893.790-4 SSP/SP, CPF/ME nº 286.965.588-63; (ii) **Marlene Aparecida Colombo**, RG nº 18.877.948-6 SSP/SP, CPF/ME nº 084.351.148-64, e (iii) **Maria Aparecida Colombo da Silva**, RG nº 10.640.227-4 SSP/SP, CPF/ME nº 084.351.158-36. **Ordem do dia:** (a) Examinar o boletim de subscrição das ações de emissão da Companhia; (b) Examinar e aprovar o projeto de Estatuto Social a ser adotado pela Companhia; (c) Examinar os recibos que comprovam o depósito de que trata o inciso III do artigo 80 da Lei das S.A.; (d) Declarar constituída a sociedade por ações de capital fechado que atuará sob a denominação social de "OD Colombo Participações S.A."; e (e) Eleger os membros da Diretoria da Companhia. **V. Deliberações:** Declarada aberta a sessão, a Presidente deu início aos trabalhos e depois de discutido o assunto previsto no ordem do dia, as acionistas deliberaram da seguinte forma: (a) Foi analisado e entendido em consonância com a Lei das S.A. o Boletim de Subscrição, conforme artigo 85 da Lei das S.A. O Boletim de Subscrição foi devidamente preenchido e assinado pelas acionistas subscritoras com as informações relativas ao capital social, no valor de R\$ 10.000,00, representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma. Verificou-se ainda que o Boletim, de Subscrição contém a qualificação completa das subscritoras e a especificação das ações subscritas por cada uma delas. Assim, esse foi aprovado, passando então a fazer parte integrante desta ata na forma de Anexo II; (b) As acionistas aprovaram então, o Estatuto Social da Companhia, o qual foi devidamente assinado pelas acionistas e passou a fazer parte integrante da presente ata como Anexo III; (c) Na sequência foram lidos e examinados os devidos comprovantes de depósito, que demonstraram que o valor de R\$ 1.002,00 referente à integralização dos 10,02% do preço de emissão das ações foi depositado, em moeda corrente nacional, no Banco do Brasil, sendo que os demais 89,98% serão integralizados em no máximo 180 dias a contar da data da assinatura do Boletim. Os comprovantes passam a fazer parte integrante da presente Ata como Anexo IV; (d) Tendo em vista que a totalidade das ações da Companhia foi subscrita, houve a realização e depósito de 10,02% do preço de emissão das ações e o Estatuto Social foi aprovado, a Companhia foi declarada constituída sob a denominação de "OD Colombo Participações S.A."; (e) Por fim, foram devidamente eleitas pelas acionistas as seguintes pessoas naturais para ocupar os cargos de Diretores: (i) **Marisa Aparecida Colombo Gomes**, como Diretora Presidente; e (ii) **Marlene Aparecida Colombo**, como Diretora sem Designação Específica, ambas acima qualificada. O mandato das Diretoras será de 3 anos, permitida a reeleição, estando elas dispensadas de prestar caução para o exercício de suas funções. As Diretoras, presentes à Assembleia, declararam que estão, para todos os fins, aptas para o exercício do cargo, e não estão impedidas de exercer a atividade empresarial. As Diretoras serão investidas nos seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, os quais serão lavrados no livro de atas das Reuniões da Diretoria. A remuneração anual da Diretoria será fixada pelos acionistas oportunamente. As Diretoras foram entregues todos os livros e papéis relativos à constituição da Companhia, ficando elas autorizadas a praticar os demais atos necessários ao cumprimento das formalidades complementares, relativas à constituição desta Companhia, nos termos do artigo 94 e seguintes da Lei das S.A. **Encerramento:** A Presidente declarou a Companhia definitivamente constituída para todos os fins de direito. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo a sessão para que se lavrasse a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelas acionistas e pelos membros da Mesa. Pindorama, 08/02/2021. **Mesa:** Assinaturas: Presidente: Marisa Aparecida Colombo Gomes; Secretária: Marlene Aparecida Colombo. JUCESP – Registrado sob o NIRE nº 35.300.565.959 em 08/03/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Basilicata Laurenti Ltda.**

CNPJ/ME nº 61.367.025/0001-12 – Edital de Convocação – Reunião de Sócios

Os Srs. Sócios são convocados a se reunirem no dia 04/06/2021, às 10h00, na sede social localizada na Rua Treze de Maio, nº 614, Bela Vista, São Paulo/SP, para deliberar sobre: a) aumento do capital social com integralização mediante conversão de crédito, no valor de até R\$ 750.000,00; b) abertura do prazo para exercício do direito de preferência na subscrição; c) aumento adicional do capital social no valor a ser determinado pelos sócios e cronograma de integralização; d) inclusão de atividade de holding (participação em outras sociedades) no objeto social; e) ingresso da sociedade em outras sociedades como sócia. Comunicamos que encontram-se à disposição dos sócios na sede social, todos os documentos referentes às capitalizações e outros relacionados a ordem do dia. São Paulo, 24/05/2021. Assinaturas: Vittorio Antonio Lorenti e Nicola Lorenti Neto. (25, 26 e 27/05/2021)

**Tekno S.A. – Indústria e Comércio**

CNPJ/MF nº 33.467.572-0001-34 – NIRE 35.300.007.514 – Companhia Aberta

**Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2021**

**Local e data:** Aos 29/04/2021, às 10:30 horas, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, § 2º, inciso I e artigo 21-C, §§ 2º e 3º da Instrução CVM nº 481, de 17/12/2009 ("IN CVM 481"), através da plataforma digital ZOOM. **Presença:** Acionistas, representando mais de 2/3 do Capital com direito a voto, além dos Srs. Marcos Sponchiado e Allan Henrique Casciano, representando a Auditoria Independente, Ernst Young Auditores Independentes S.S., do Sr. José Maria de Campos Maia Netto, Diretor de Relações com o Mercado e do presidente do Conselho Fiscal, Sr. Arystóbulo de Oliveira Freitas. **Mesa:** Presidente: Fernando Antonio Albino de Oliveira e Secretária: Fabia Roberta Sanguini. **Convocação:** Edital publicado nos dias 26, 27 e 30/03/2021, no Diário Oficial do Estado de São Paulo (págs. 364.144,261) e no Data Mercantil (págs. 06, 05, 07). **Ordem do Dia:** A pedido do Sr. Presidente foi lido o Edital de Convocação. **Assembleia Geral Ordinária:** Com abstenção dos legalmente impedidos, foi aprovada, por unanimidade, a proposta abaixo relacionada: **1)** O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2021, publicados, na forma da Lei, no Diário Oficial do Estado de São Paulo (págs. 118 a 125), em 26/03/2021 e no jornal Data Mercantil (págs. 07 a 11), em 26/03/2021, dando a seguinte destinação ao lucro apurado no exercício: a) Distribuir aos Administradores, a título de participação nos lucros do exercício, a importância de R\$ 323.000,00, nos termos do Artigo 20 do Estatuto Social e dentro dos limites fixados em Lei. b) Destinar a importância de R\$ 655.621,65, para ser incorporada à Reserva Legal nos termos do § 2º, do Artigo 33 do Estatuto Social. c) Ratificar o crédito feito aos acionistas em 2020, a título de juros sobre o capital próprio, no valor total bruto de R\$ 2.118.065,33, à razão de R\$ 1,5565894912138 por ação preferencial e líquido de R\$ 1.801.392,49, à razão de R\$ 1,3238631404657 por ação preferencial. O valor líquido dos juros será imputado aos dividendos obrigatórios e ao dividendo estatutário das ações preferenciais previsto na letra "a" do artigo 8º do Estatuto da Companhia, de acordo com o previsto no § 7º, artigo 9º da Lei 9.249/95 e com o § 5º, do artigo 33 do referido Estatuto. d) Aprovar, a título de dividendos mínimos obrigatórios, a importância de R\$ 3.114.202,83, sem correção, nos termos do § 3º do Artigo 33 do Estatuto Social, sendo que do referido valor, R\$ 1.801.392,49 referem-se aos Juros sobre o Capital Próprio mencionados no item "c" acima, e a importância remanescente de R\$ 1.312.810,34 será atribuída aos acionistas, à razão de R\$ 0,5279985027542 por ação preferencial e de R\$ 0,3752645001269 por ação ordinária. Os acionistas que terão direito ao recebimento importância remanescente de R\$ 1.312.810,34 serão aqueles inscritos no registro da Companhia na data da Assembleia; e) Aprovar, a título de dividendos adicionais, a importância de R\$ 2.342.080,41, sem correção monetária, nos termos do § 4º, do Artigo 33 do Estatuto Social, à razão de R\$ 1,4756971430931 por ação ordinária, terão direito a este dividendo adicional somente os acionistas portadores de ações ordinárias inscritos no registro da Companhia na data da Assembleia. f) Aprovar o Orçamento de Capital e destinar a importância de R\$ 6.683.855,55, correspondente ao saldo remanescente do lucro apurado no exercício para a conta de Reserva de Lucros, tendo em vista as necessidades de investimentos e de capital de giro, dentro da estratégia financeira da Empresa de operar preferencialmente com recursos próprios. Com abstenção dos legalmente impedidos, foi aprovada, por unanimidade, a proposta abaixo relacionada: **2)** Pagos os Juros sobre o Capital Próprio e os Dividendos no prazo de 60 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária, ou seja, 28/06/2021. Com abstenção dos legalmente impedidos, foi aprovada, por unanimidade, a proposta abaixo relacionada: **3)** Fixar, para remuneração global dos Administradores da Companhia, para o exercício em curso, o montante de R\$ 2.932.765,71. Neste montante não estão incluídos os encargos sociais. **4)** Foi deliberada a instalação e eleição do Conselho Fiscal que será composto pelos seguintes Conselheiros: Representando a maioria dos presentes titulares de ações ordinárias, foram eleitos: a) Sergio Lucchesi Filho, portador do RG de nº 3.400.416 e do CPF nº 332.063.688-04, e seu suplente o Sr. Carlos Atushi Nakamura, portador do RG nº 10.122.278 SSP/SP e do CPF nº 011.603.868-38, representando a maioria dos acionistas com direito a voto. b) Arystóbulo de Oliveira Freitas, portador do RG nº 8.417.719 e do CPF nº 040.278.498-76 e seu suplente o Sr. Ricardo Brito Costa, portador do RG nº 23.271.246-3 e do CPF nº 259.300.478-98, representando os demais acionistas com direito a voto. c) Toshio Nishioka, portador do RG 5.277.043-6 e do CPF nº 480.427.228-34 e seu suplente o Sr. Vinicius Nishioka, portador do RG nº 8.213.964-3 e do CPF nº 025.099.447-03. Representando os demais acionistas com direito a voto. Em votações em separado representando a maioria dos titulares de ações preferenciais presentes, conforme a letra "a", § 4º, do artigo 161 da Lei 6.404/76, com as abstenções apresentadas, foram eleitos: d) Rubens Benevides Ferrer Neto, portador do RG nº 09.360.176-3 IFP/RJ, e do CPF/ME nº 023.398.917-01 e sua suplente a Sr. Margarete Leite Andrade, portadora do RG nº 09597687-4 IFP/RJ e do CPF/ME 024.039.717-74. Representando a maioria dos minoritários titulares de ações ordinárias presentes, conforme a letra "a", § 4º, do artigo 161 da Lei 6.404/76, com as abstenções apresentadas, foram eleitos: e) Andrea Rangel Azeredo, portadora do RG nº 08.942.970-8 IFP/RJ e do CPF nº 026.253.407-03 e seu suplente Alexandre Silva Aguiar, portador do RG nº 081.616/0-9 CRC-RJ, CPF nº 000.422.027-79. O mandato dos Conselheiros Fiscais eleitos será até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo que a declaração de desimpedimento se encontrará arquivada na sede da companhia, e a remuneração de cada membro titular, será o equivalente a 10% da que, em média, foi atribuído a cada diretor. Foram também aprovadas as seguintes propostas: 1) publicação da ata com omissão das assinaturas dos acionistas, conforme faculta a Lei 6.404/76 (artigo 130, § 2º, 2). Que a ata seja lavrada de modo sumário, conforme permite a Lei 6.404/76 (artigo 130, § 1º). A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro. Assinaturas: **Mesa:** Fernando Antônio Albino de Oliveira: Presidente; Fabia Roberta Sanguini: Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 233.629/21-0 em 20/05/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**JLC Trust – Participações S.A.**

(em constituição)

**Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 24 de fevereiro de 2021**

**I. Data, hora e local:** Aos 24/02/2021, às 10 horas, na sede da Companhia, na Rua Sete de Setembro, nº 922, Pindorama-SP. **II. Convocação:** Edital de convocação dispensado de publicação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), uma vez que todos os acionistas estavam presentes e declararam ter sido regularmente convocados, estando cientes da data, hora, local e matéria objeto desta Assembleia. **III. Mesa:** Luiz Augustinho Colombo: Presidente; Rita de Cassia Colombo: Secretária. **IV. Presença dos acionistas:** Nos termos do artigo 87 da Lei das S.A., instalou-se a presente Assembleia Geral de Constituição com a presença da totalidade dos acionistas, a saber: (i) **Luiz Augustinho Colombo**; (ii) **Rita de Cassia Colombo**; (iii) **João Claudenir Colombo**; e (iv) **Claudio Roberto Colombo**, nos termos da lista de presença anexa (Anexo I). **V. Ordem do Dia:** (a) Examinar o boletim de subscrição das ações de emissão da Companhia; (b) Examinar e aprovar o projeto de Estatuto Social a ser adotado pela Companhia; (c) Examinar os recibos que comprovam o depósito de que trata o inciso III do artigo 80 da Lei das S.A.; (d) Declarar constituída a sociedade por ações de capital fechado que atuará sob a denominação social de "JLC Trust – Participações S.A."; e (e) Eleger os membros da Diretoria da Companhia. **VI. Deliberações:** Declarada aberta a sessão, o Presidente deu início aos trabalhos e depois de discutido o assunto previsto no Ordem do Dia, os acionistas deliberaram da seguinte forma: (a) Foi analisado e entendido em consonância com a Lei das S.A. o Boletim de Subscrição, conforme artigo 85 da Lei das S.A. O Boletim de Subscrição foi devidamente preenchido e assinado pelos acionistas subscritores com as informações relativas ao capital social, em valor de R\$ 10.000,00, representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma. Verificou-se ainda que o Boletim, de Subscrição contém a qualificação completa dos subscritores e a especificação das ações subscritas por cada um deles. Assim, esse foi aprovado, passando então a fazer parte integrante desta ata na forma de Anexo II; (b) Os acionistas aprovaram, então, o Estatuto Social da Companhia, o qual foi devidamente assinado pelos acionistas e passou a fazer parte integrante da presente ata como Anexo III; (c) Na sequência foram lidos e examinados os devidos comprovantes de depósito, que demonstraram que o valor de R\$ 1.000,00 referente à integralização dos 10% do preço de emissão das ações foi depositado, em moeda corrente nacional, no Banco do Brasil, sendo que os demais 90% serão integralizados em no máximo 180 dias a contar da data da assinatura do Boletim. Os comprovantes passam a fazer parte integrante da presente Ata como Anexo IV; (d) Tendo em vista que a totalidade das ações da Companhia foi subscrita, houve a realização e depósito de 10% do preço de emissão das ações e o Estatuto Social foi aprovado, a Companhia foi declarada constituída sob a denominação de "JLC Trust – Participações S.A."; (e) Por fim, foram devidamente eleitos pelas acionistas as seguintes pessoas naturais para ocupar os cargos de Diretores: (i) **João Luiz Colombo**, RG nº 5.462.655 SSP/SP e CPF/ME nº 159.822.468-91 como Diretor Presidente; e (ii) **Teresa Aparecida Andreotti Colombo**, RG nº 198774229 SSP/SP e CPF/ME nº 084.351.188-51, como Diretora sem Designação Específica. O mandato dos Diretores será de 3 anos, permitida a reeleição, estando eles dispensados de prestar caução para o exercício de suas funções. Os Diretores, presentes à Assembleia, declararam que estão, para todos os fins, aptos para o exercício do cargo, e não estão impedidos de exercer a atividade empresarial. Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, os quais serão lavrados no livro de atas das Reuniões da Diretoria. A remuneração anual da Diretoria será fixada pelos acionistas oportunamente. Aos Diretores foram entregues todos os livros e papéis relativos à constituição da Companhia, ficando eles autorizados a praticar os demais atos necessários ao cumprimento das formalidades complementares, relativas à constituição desta Companhia, nos termos do artigo 94 e seguintes da Lei das S.A. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Pindorama, 24/02/2021. Assinaturas: Mesa: Luiz Augustinho Colombo – Presidente; Rita de Cassia Colombo – Secretária. **Visto do Advogado:** Richard Blanchet OAB nº 132.277. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.568.397 em 11/05/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Associação Projeto Nacional de Ensino – PRONACE**

CNPJ/ME nº 16.383.423/0001-78 – Edital de Convocação de Assembleia Geral

Ficam convocados os Srs. Associados da Companhia a se reunirem em AGOE que será realizada no dia 15/06/2021, às 15 h., na Rua Martiniano de Carvalho, 170, São Paulo/SP, através de seu Presidente o Sr. Marcio de Andrade Schettini, inscrito no CPF/MF sob o nº 662.031.207-15 e portador do RG nº 05.492.490-7 IFP/RJ, a fim de deliberarem acerca da seguinte Ordem do Dia: (i) Ratificação dos atos praticados pelos membros da Diretoria da Associação Projeto Nacional de Ensino – PRONACE, no período compreendido entre 02/03/2021 até data da AGOE a ser realizada em 15/06/2021, onde os mesmos permaneceram em seus cargos e assumiram todas as responsabilidades perante a Companhia; (ii) Em decorrência do que foi citado no item "i" acima, os Diretores irão deliberar sobre a reeleição da diretoria para um novo mandato; (iii) Alteração da Seção IV – Do Conselho Fiscal no Estatuto, artigos de 28 ao 33; (iv) Alteração do artigo 19 do Estatuto, modificando a forma de convocação das reuniões em Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias; (v) Reforma integral do Estatuto Social da Companhia. São Paulo, 25/05/2021. **Marcio de Andrade Schettini** – Diretor Presidente.

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

## NÚMEROS DO MERCADO FINANCEIRO

## DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

6,4965 / R\$ 5,3198 \*\*

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,3230 / R\$ 5,3250 \*

Turismo - R\$ 5,3370 /

R\$ 5,4730

(\*) cotação média do

mercado

(\*\*) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: -0,54%

OURO BM&amp;F

R\$ 318,000

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 1,17%

Pontos: 124.031

Volume financeiro:

R\$ 28,969 bilhões

Maiores altas: Banco Inter

UNT (24,83%), Mag-

azine Luiza ON (7,93%),

Locaweb ON (7,54%)

Maiores baixas: Gerdau

PN (-2,89%), BRF ON

(-2,67%), Iguatemi ON

(-2,14%)

S&amp;P 500 (Nova York):

0,99%

Dow Jones (Nova York):

0,54%

Nasdaq (Nova York):

1,41%

CAC 40 (Paris): 0,35%

Dax 30 (Frankfurt):

0,44%

Financial 100 (Londres):

0,48%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,17%

Hang Seng (Hong Kong):

-0,16%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,31%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,42%

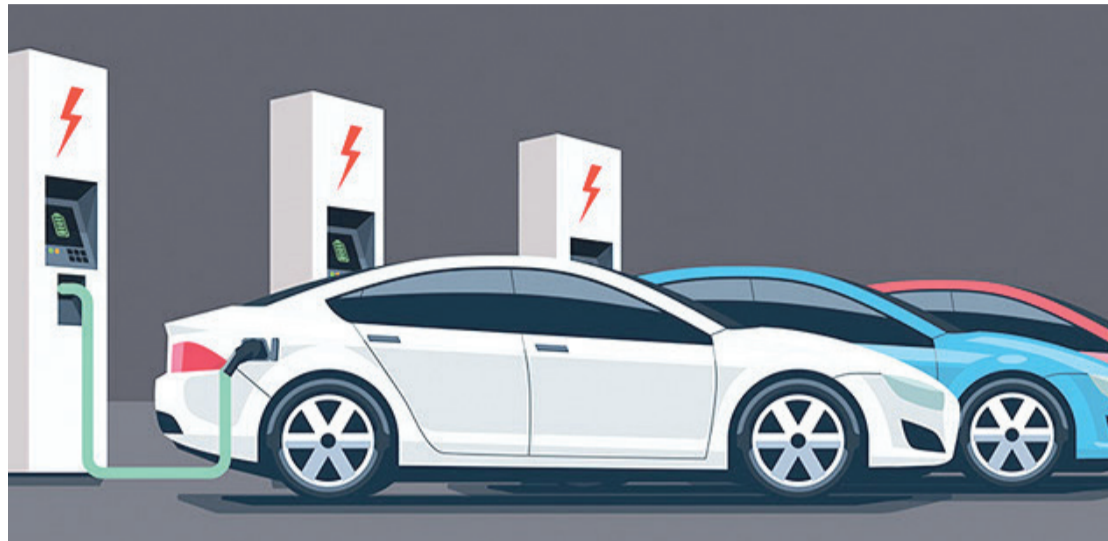
Merval (Buenos Aires):

-1,55%

IPC (México): -0,64%

## Negócios

### ‘Se nada fizerem, não haverá indústria automotiva’, diz presidente da ABVE



**É** evidente o atraso do mercado brasileiro em relação a elétricos e híbridos: enquanto carros movidos só a bateria – o que exclui o Toyota Corolla Hybrid, por exemplo – representaram só 0,3% das vendas no ano passado aqui, na Europa, foram cerca de 20% dos emplacamentos. Só que o cenário é alarmante para o futuro.

“O Brasil poderia ser protagonista no contexto global dos carros elétricos. No Mercosul, há a maior reserva de lítio do mundo e, no Brasil, temos minérios raros para a construção de baterias e componentes eletrônicos”, diz Adalberto Maluf, presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE). “Quando as empresas construírem plataformas globais

na cadeia automotiva de elétricos, não adianta o Brasil tentar se inserir, porque já será carta fora do baralho.”

Nunca se vendeu tantos híbridos, mas, nos elétricos, o Brasil ainda está bem desconectado do mundo. No ano passado, tivemos recorde, com aumento de 66% na venda de eletrificados e chegamos a 1% da frota brasileira. Só que, se comparar com resto do mundo, vemos que a Noruega tem 80% da frota e a Alemanha tem 20%, assim como é a média do restante da Europa. No mundo, está 5%.

Eles consideram só elétricos e híbridos plug-in [que permitem o carregamento por tomada], que, aqui, ainda estão com 0,3% do total. Então, a gente compara o mundo com 4,6% da frota e percebe que realmente estamos mui-

to desconectados. Perdemos para a Colômbia, que é um mercado dez vezes menor que o nosso e vendeu 50% mais carros elétricos, e para a Costa Rica, que é 100 vezes menor e vendeu quase o mesmo que a gente, com 622 veículos, contra 801 elétricos e híbridos plug-in no Brasil.

Um relatório da International Energy Agency (IEA) prevê que 60% dos carros vendidos serão elétricos em 2030. Para 2035, a expectativa é que 50% dos caminhões sejam elétricos. Já a Empresa de Pesquisa Energética – órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia – estima que 10% a 15% da frota brasileira será elétrica em 2050. Existe uma diferença muito grande entre o planejamento brasileiro e do mundo. Nós estamos na contramão. Exame

### De camas a brinquedos, no Brasil já é possível alugar quase tudo

**O** confinamento imposto pela pandemia da covid-19 ajudou a impulsionar o mercado de aluguel e assinatura que, antes da crise sanitária, começava a conquistar espaço no mercado brasileiro.

Considerado um tipo de consumo mais consciente por compartilhar produtos, as locadoras oferecem extensa gama de itens que vão de tablets a tapetes, quadros, brinquedos, bolsas, óculos, malas, bagageiros para carros a móveis como sofás e camas, além de eletrodomésticos como geladeira e aspirador de pó.

A maior parte das locações é feita por startups, de forma online, por prazos de dias, meses e até anos. Elas também são responsáveis pela manutenção e assistência aos produtos. Algumas empresas têm estoque pró-

prio, outras têm a plataforma e os itens são oferecidos por terceiros após passarem por curadoria de conteúdo.

Para alguns especialistas, a “revolução do aluguel”, economia compartilhada ou colaborativa tem potencial para contribuir com mais de 30% do PIB de serviços brasileiro a longo prazo.

Na avaliação de Marcos Gomes Rabelo, analista de Negócios do Sebrae/SP, ter a propriedade de algo significa ter de gastar na compra e, muitas vezes, investir na manutenção. Rabelo cita ainda a mudança de comportamento nas relações de consumo. Segundo ele, as pessoas estão cada vez mais preocupadas com fatores ambientais e engajadas com um consumo consciente, que economiza recursos naturais ao mesmo tempo preserva o meio ambiente. Estado SP



### Passiva por quê? As muitas perguntas sobre a estratégia da Marfrig na BRF



**A** estratégia da Marfrig para comprar rapidamente 24,23% da BRF envolveu compra de ações na B3, recibos na Nyse (ADRs) e mais opções e alguns “contratos de direitos”. Foi assim que o dono da empresa, Marcos Molina, conseguiu agir rápido e surpreender o mercado. E a surpresa não foi pouca.

A empresa confirma a diversidade da estratégia, mas não quer revelar os percentuais exatos de cada uma. A única informação é que a parcela em opções e direitos foi relevante, superando bastante 1/3 do total.

O assunto está gerando grande discussão porque se tivesse feito o movimento só na B3, Molina precisaria ter comprado todo o mercado —

ou seja, cada ação vendida — desde segunda-feira da outra semana, dia 10. Esses exercícios estão sendo feitos pois o mercado não recebeu o alerta de que ele alcançou primeiro 5% do capital, depois 10% e assim vai, a cada 5% extra.

Essa regra existe justamente para que os investidores saibam quando algo relevante desse porte está sendo engendrado. A Marfrig teria três dias úteis para comunicar o primeiro ponto de anúncio — os 5%. A empresa explica que percentual foi alcançado na terça-feira, dia 18. Com isso, ontem seria o dia de informar o mercado, considerando o tempo de liquidação das aquisições.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) está de olho no assunto, que já está

sob análise. A autarquia decidiu avaliar melhor o caso porque o tema é caro ao mercado.

Em 2009, quando a Vivendi anunciou ter alcançado mais de 50% do capital da GVT em compras na bolsa, terminou por abortar um leilão concorrente da Telefônica. O assunto, porém, levou o grupo francês de mídia a pagar R\$ 150 milhões em um termo de compromisso com a autarquia, pois a transação envolvia instrumentos derivativos — total return swaps e opções — sem liquidação física da ação e o uso de um fundo que estava a serviço da transação, mas de forma desconhecida do mercado.

Há quem diga que movimentos ousados exigem o uso do limite das regras. Exame